

**ESTADO DO ACRE
MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROCURADORARIA-GERAL DE JUSTIÇA

**X CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROVA PREAMBULAR

2005

GRUPO I - A - DIREITO PENAL E EXECUÇÃO PENAL

01. Considerando a parte geral do direito penal, é correto afirmar que,

- (A) na hipótese da entrada em vigor de lei penal mais severa, quando em curso a ocorrência de crime permanente, aplica-se à lei penal mais benigna ao réu.
- (B) embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, a lei excepcional aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. Isso não ocorre com a lei temporária.
- (C) para os efeitos penais, se consideram como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- (D) na hipótese do cometimento de crime por brasileiro no estrangeiro, fica ele sujeito à lei brasileira, mesmo que o delito perpetrado não seja punido no país em que foi praticado e que se trate de infração penal cuja extradição é vedada pela lei brasileira.

02. João, atacado na rua por um assaltante armado, reage e consegue derrubá-lo ao solo. Não percebendo, porém, por confuso, que com a queda o agressor desmaiara, continua a atingi-lo a socos, temendo por sua vida. Supondo tenha sido invencível o seu equívoco, por este excesso na legítima defesa João deverá ser

- (A) absolvido, uma vez que constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.
- (B) absolvido, uma vez que não configurada a imoderação na repulsa.
- (C) absolvido, uma vez que decorre de erro de tipo permissivo.
- (D) condenado na forma culposa.

03. Cornélio das Nuvens, motorista de caminhão, transportava mercadorias de Rondônia e, ao ingressar no Estado do Acre, foi parado pela fiscalização estadual. Como, pelas notas fiscais, a mercadoria se destinava para a Boca do Acre (AM), o condutor foi autorizado a prosseguir viagem sem precisar recolher ICMS correspondente à substituição tributária e exigível pela legislação acreana. Contudo, ele se dirigiu a Rio Branco, onde depositou a mercadoria na empresa Tirando Vantagem Ltda., administrada por Coturno de Acácia, o qual, sem registrar a entrada e saída, revendeu, burlando o regime de substituição tributária a que estava sujeito no Estado do Acre, motivo por que não se escolheu, na entrada do Estado, o ICMS devido pela substituição tributária, nem posteriormente, quando revendeu a mercadoria. Diante disso, pode-se afirmar que, na conduta descrita.

- (A) há, subjacente, a idéia da apropriação indébita ao não recolher o tributo do regime de substituição tributária.
- (B) configura crime material, por infração ao artigo 1º, inc. II, da Lei nº 8.137/90.
- (C) configura crime formal, por infração ao artigo 2º, inc. II, da Lei nº 8.137/90.
- (D) há somente infração ao dever tributário de recolher imposto pelo regime de substituição tributária.

04. Considerando a matéria sobre a culpa, pode-se afirmar que

(A) são espécies de culpa: a culpa inconsciente ou própria, culpa imprópria, também conhecida como culpa por extensão, por equiparação ou por assimilação, e a culpa consciente, sendo característica desses tipos culposos a ausência de previsão do resultado por parte do agente e a quebra do dever objetivo de cuidado.

(B) inexistente diferença, para efeito de cominação abstrata dos tipos culposos, quanto ao grau de culpa do agente, se grave, leve ou levíssima, mas o juiz deve levar em conta a natureza da culpa no momento de dosar a pena em concreto.

(C) a culpa mediata ou indireta é quando o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permita praticar, lícitamente, um fato típico.

(D) o agente que atuar com omissão de cautelas, praticando um fato ilícito, isto é, de forma ativa, terá cometido negligência.

05. Considerando o que a doutrina preconiza sobre a tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, é correto afirmar que

(A) a desistência voluntária e o arrependimento eficaz são espécies de tentativa abandonada. Em ambos os casos, o agente somente responde pelos atos já praticados.

(B) o delito somente não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente na desistência voluntária e no arrependimento eficaz.

(C) a execução do crime, na desistência voluntária, é realizada inteiramente, e, depois, o resultado é impedido pelo agente. No arrependimento eficaz, o agente interrompe a execução antes do seu final.

(D) os delitos habituais admitem tentativa, porquanto são delitos materiais, enquanto que os crimes omissivos próprios inadmitem tentativa.

06. Considerando a parte geral do Código Penal quanto ao concurso de agentes e à classificação dos crimes, é correto afirmar que

(A) os crimes plurissubjetivos são aqueles que podem ser cometidos por um ou mais sujeitos ativos, constituindo a maioria dos delitos previstos na legislação penal brasileira.

(B) há necessidade, na hipótese de concurso de agentes, de prévio ajuste entre os sujeitos ativos, além da concorrência psicológica e causal para a realização do resultado típico.

(C) ocorre, na autoria paralela, simultânea ou colateral, concurso de agentes na medida em que mais de uma pessoa atua com o dolo de produzir o mesmo resultado típico, resolvendo-se a responsabilidade penal e o montante da pena na medida da culpabilidade de cada um deles.

(D) há adequação típica direta, na autoria mediata, apresentando-se como exemplos a provocação de erro de tipo escusável.

07. Quanto à execução penal, é correto afirmar que

- (A) o apenado em regime semi-aberto, para ter direito ao serviço externo, deverá cumprir, ao menos, metade da pena privativa da liberdade, além de demonstrar aptidão, disciplina e responsabilidade.
- (B) o livramento condicional, revogado pelo trânsito em julgado de sentença penal condenatória relativa a delito praticado no curso do período de prova, determina a perda do tempo que o condenado ficou em liberdade.
- (C) o instituto da detração penal significa o abatimento da pena privativa da liberdade pelo trabalho, à proporção de um dia para cada três dias trabalhados pelo apenado.
- (D) a regressão de regime carcerário ocorrerá quando o apenado praticar fato definido como infração penal ou for punido por falta grave.

08. A conversão da pena restritiva de direitos, em caso de descumprimento, no transcurso de sua execução, em pena privativa de liberdade, e da revogação do *sursis*, respectivamente, implicam que

- (A) o réu deverá cumprir, no primeiro caso, toda a pena privativa de liberdade substituída, descontando-se eventuais dias em que ficou preso provisoriamente (detração), e deverá cumprir toda a pena que foi suspensa em caso de revogação do *sursis*.
- (B) o réu deverá cumprir, no primeiro caso, a totalidade da pena privativa de liberdade substituída, menos o saldo de trinta dias para que não haja a imposição de prisão pelo legislador. Quanto ao *sursis*, uma vez havendo o seu descumprimento, serão descontados os dias já cumpridos até o momento da revogação.
- (C) o réu, em caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, deverá cumprir apenas o restante da pena privativa de liberdade substituída, sem o respeito a eventual saldo restante de trinta dias, pois, nesse caso, haveria a imposição de prisão pelo legislador, caso houvesse a revogação do benefício quando restasse apenas uma semana para o cumprimento da pena. No caso de revogação do *sursis*, deverá cumprir toda a pena que estava suspensa.
- (D) será convertida a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta, deduzindo-se o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de 30(trinta) dias de detenção ou reclusão. No caso de revogação do *sursis*, a pena suspensa deverá ser cumprida por inteiro.

09. Relativamente à prescrição da pena, é correto afirmar que,

- (A) no crime de receptação, para o qual é pressuposto que o objeto receptado tenha origem em ilícito penal anterior, não se pode punir o receptador se o crime antecedente tiver extinta a punibilidade pela prescrição.
- (B) no crime de homicídio qualificado por ter sido praticado para garantir a ocultação de outro crime, a prescrição desde não impede a qualificação daquele.

(C) na hipótese de concurso formal de crimes ou crimes continuados de estelionato, a extinção da punibilidade pela prescrição incidirá sobre a totalidade das penas, devendo elas ser unificadas para cálculo.

(D) enquanto João responde a processo pela prática do crime de homicídio qualificado na Comarca de Rio Branco, correrá a prescrição enquanto cumpre pena em La Paz, na Bolívia, pela prática de outro direito.

10. João Caetano da Silva Quadros e André Pereira Carneiro, desde a infância, foram amigos, pois residam no mesmo bairro. Coincidentemente, ambos sabiam que aniversariavam na mesma data, porquanto André nasceu no dia 25 de fevereiro de 1965 e João, no dia 25 de fevereiro de 1940, tendo conduzido a mãe de André ao hospital quando do parto. Ambos, inclusive, foram aprovados em concurso público e assumiram importantes cargos no Estado do Acre. João é Juiz e André Promotor de Justiça. Ocorre que, em 1º de abril de 2005, João efetuou uma brincadeira de extremo mau gosto com André, fato que gerou desgosto para este, pondo fim à relação de cordialidade que existia entre eles. A partir disso, André enviou uma carta para João afirmando: "*João, abstraindo o fato de você ser Juiz, a velhice deixou-o esclerosado. Você é um velho ridículo, pele enrugada e traidor*". Essa carta foi lida por João, que estava sozinho em seu gabinete e sentiu-se ofendido.

A partir do fato descrito, no que concerne aos crimes contra a honra, o delito cometido por André é

(A) uma injúria e admite retratação e execução da verdade.

(B) uma difamação e comporta retratação e exceção da verdade.

(C) tentado, pois apenas chegou ao conhecimento de João.

(D) qualificado.

11. Aristóteles dos Santos é pai de Getúlio Vargas dos Santos e orgulha-se muito da educação de seu filho. No dia 1º de maio de 2005, Aristóteles promoveu grande festa para comemorar seu aniversário. Aliás, Aristóteles vangloriava-se, pois quando nascera, 1º de maio de 1945, Getúlio Dornelles Vargas tomou posse no seu segundo mandato como Presidente da República.

Ocorre que, enquanto era comemorado o aniversário de Aristóteles, às 14 horas, seu filho Getúlio Vargas, que nasceu em 02 de maio de 1965, já concertado com seu amigo Marcos das Cruzes, que nasceu em 30 de maio de 1980, franqueou o acesso para Marcos ingressar pelos fundos da residência e ambos subtraíram diversas jóias de propriedade de Aristóteles, avaliadas em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Até então, nenhum dos dois havia praticado qualquer infração penal. Parte das jóias Getúlio Vargas escondeu em seu quarto, situado na casa do pai, para vendê-las no momento que melhor lhe aprouvesse, enquanto que Marcos se retirou, sorrateiramente, da residência e vendeu o restante das jóias. O objetivo de ambos era utilizar o dinheiro para aquisição de drogas, na medida em que são usuários.

A partir do fato proposto, é correto afirmar que

- (A) Getúlio Vargas dos Santos cometeu furto qualificado consumado e será beneficiado por imunidade material absoluta ou escusa absolutória e Marcos das Cruzes poderá ser denunciado pela prática de furto qualificado.
- (B) Getúlio Vargas dos Santos será beneficiado por imunidade material absoluta ou escusa absolutória e Marcos das Cruzes está amparado por imunidade material relativa.
- (C) Getúlio Vargas dos Santos e Marcos das Cruzes não terão qualquer imunidade material ou escusa absolutória.
- (D) Getúlio Vargas dos Santos cometeu o delito de furto qualificado tentado e terá imunidade material absoluta ou escusa absolutória, enquanto que Marcos das Cruzes perpetrou o delito de furto qualificado consumado e não terá imunidade.

12. A cerca dos crimes contra os costumes, é correto afirmar que

- (A) se extingue a punibilidade pelo casamento do sujeito ativo da infração penal com a vítima, exceto se ocorrer lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.
- (B) se extingue a punibilidade do autor do fato pelo casamento da vítima com terceiro, se cometidos sem violência real ou grave ameaça e desde que a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da celebração.
- (C) o delito de assédio sexual é crime próprio.
- (D) o delito de corrupção de menores prescinde que a idade da vítima seja inferior a 18 anos e superior a 14 anos na data do fato.

13. Considerando os crimes em espécie, é correto afirmar que

- (A) os crimes de incêndio e explosão, tipificados nos artigos 250 e 251, respectivamente, do Código Penal, são infrações penais que têm como objeto jurídico a incolumidade pública e como sujeitos passivos a coletividade, consumando-se ambos com a efetiva situação de perigo comum.
- (B) a utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado na aquisição de roupas de grife em loja no centro da cidade de Rio Branco configura o delito de uso de moeda falsa, caracterizado como infração contra a paz pública.
- (C) comete o delito de falsidade ideológica ou falso ideal, tipificado no artigo 299 do Código Penal, quando o agente efetua a contrafação de documento público, acrescentando dizeres, letras ou números ao documento verdadeiro.
- (D) não se equiparam a documentos públicos, para efeitos penais, quanto aos delitos contra a fé pública, aqueles emanados de entidade paraestatal, o título ao portador e as ações de sociedade comercial.

14. Considerando os crimes em espécie, é correto afirmar que

- (A) constituem crimes hediondos os delitos de roubo ou extorsão qualificados pelo resultado lesão grave, gravíssima ou morte e o delito de epidemia com resultado de morte (art. 157, § 3º, art. 158, § 2º, e art. 267, § 1º, todos do Código Penal), dentro outros.

(B) o agente que adquirir arma de fogo de uso proibido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, com a plena consciência de que se trata de produto de furto anteriormente perpetrado, comete o delito de receptação dolosa previsto no artigo 180, "caput", do Código Penal.

(C) a conduta de vender maconha a pessoa com 17 anos de idade não configura o delito estabelecido no artigo 243 da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assim descrito: "Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida".

(D) o crime de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, previsto na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, ocorre quando o sujeito ativo ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, dos delitos de tráfico ilícito de entorpecentes, extorsão mediante seqüestro, receptação qualificada, dentre outros.

15. Quanto às condutas criminalizadas na legislação especial, é correto afirmar que

(A) a ação penal em crimes ambientais é pública incondicionada.

(B) a queixa-crime ou a representação, quando for o caso, em crimes de imprensa, devem ser oferecidas até o prazo máximo de 6 (seis) meses da data da publicação ou transmissão da notícia incriminada, sob pena de ser declarada extinta a punibilidade do fato.

(C) a prescrição em abstrato para crimes cometidos pela imprensa ocorrerá em 4 anos a partir da data do fato, quando o máximo da pena prevista para o delito cometido é igual a 1 (um) ano ou, sendo superior, não excede a 2 (dois).

(D) constitui crime ambiental o abate de animal quando realizado para proteger pomares ou rebanhos da sua ação predatória ou destruidora, mesmo que por ventura legal e expressamente autorizada a conduta pela autoridade competente, porquanto não pode haver autorização para esta prática pelos órgãos competentes.

GRUPO I - B - DIREITO PROCESSUAL PENAL

16. De acordo com o Código de Processo Penal, bens imóveis, em relação aos quais haja indícios veementes de que tenham sido adquiridos pelo investigado, indiciado ou ao réu com o produto da infração penal, poderão ser objeto de

(A) seqüestro, que poderá ser determinado pelo Juiz de ofício, a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou, ainda, mediante representação da autoridade policial.

(B) busca e apreensão, que poderá ser determinada pelo Juiz mediante requerimento do Ministério Público, desde que o ofendido seja pobre e não tenha condições de construir defensor para promovê-la.

(C) hipoteca legal, que poderá ser determinada pelo Juiz mediante requerimento do ofendido ou, se houver interesse da Fazenda Pública, ainda no inquérito policial, mediante requerimento da autoridade policial.

(D) arresto, que poderá ser determinado pelo Juiz apenas mediante requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.

17. Em relação ao agravo da execução, previsto no artigo 197 da Lei de Execuções Penal, na falta de regulamentação própria, é correto afirmar, na esteira do entendimento do Superior Tribunal Federal, que o referido recurso

(A) possui efeitos suspensivos, devolutivo e regressivo, obedecendo ao rito, forma e prazo do agravo de instrumento regulado pelo Código de Processo Civil.

(B) não possui efeito suspensivo, possui efeitos devolutivo e regressivo, seguindo o rito, forma e prazo do recurso em sentido estrito regulado pelo Código de Processo Penal.

(C) não possui efeitos suspensivo e regressivo, possui efeito devolutivo e segue o rito, forma e prazo da apelação regulada pelo Código de Processo Penal.

(D) possui efeitos suspensivo, devolutivo e regressivo, obedecendo ao rito, forma e prazo da apelação regulada pelo Código de Processo Penal.

18. Considere a seguinte situação:

João é denunciado pelo Ministério Público por crime de homicídio conexo com delito de lesões corporais graves perpetrados contra vítimas distintas. Na instrução do processo, surgem provas inequívocas no sentido de que tanto o homicídio quanto as lesões foram praticados por João em legítima defesa própria. Nesse contexto, deverá o Juiz

(A) absolver sumariamente o acusado, tanto pelo homicídio quanto pelas lesões corporais graves.

(B) impronunciar o acusado em relação ao homicídio e às lesões corporais graves.

(C) absolver sumariamente o acusado apenas pelo homicídio, e, após o trânsito em julgado dessa decisão, o crime de lesões corporais graves será processado e julgado pelo juiz competente.

(D) absolver sumariamente o acusado em relação ao homicídio e impronunciá-lo em relação às lesões corporais graves.

19. No processo penal brasileiro, sendo possível obter-se a prova do fato e de suas circunstâncias por outros meios, deverá o Juiz aceitar a recusa, em depor,

(A) de qualquer testemunha

(B) dos ascendentes e descendentes da vítima

(C) do cônjuge, ainda que separado ou divorciado da vítima ou do réu.

(D) do parente por afinidade do réu, em linha reta.

20. A interceptação das comunicações telefônicas (interceptação *stricto sensu* e escuta) será considerada prova ilícita desde que tenha sido

(A) autorizada judicialmente, para fins de investigação criminal, em caráter de excepcionalidade, presentes indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal punida com pena de reclusão.

(B) autorizada judicialmente, para fins de investigação criminal, em caráter de excepcionalidade, desde que haja indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal punida com detenção ou reclusão.

(C) determinada pelo Ministério Público ou pelo Delegado de Polícia no curso de investigação criminal, ou, ainda, autorizada pelo Juiz no curso de processo judicial, desde que haja indícios de autoria de infração penal punida com reclusão.

(D) autorizada pelo Juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, para fins de investigação criminal, desde que haja indícios de autoria de infração penal punida com reclusão.

21. Acerca do interrogatório judicial do acusado, considere as seguintes afirmações:

I - trata-se de ato no qual, obrigatoriamente, deverá o interrogando estar assistido por defensor, constituído ou nomeado, sob pena de nulidade.

II - antes de sua realização, o Juiz deverá assegurar o direito de entrevista reservada do acusado com o seu defensor.

III - logo após esgotar seus próprios questionamentos, o Juiz deverá indagar das partes se restou algum fato a ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes, se o entender pertinentes.

IV - caso o acusado se reserve o direito de permanecer calado, deverá o Juiz, obrigatoriamente, consignar, no termo da audiência, as perguntas que, eventualmente, tenha feito ao réu e que não foram por ele respondidas.

Estão corretas as alternativas

(A) I, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II, III e IV.

(D) I, II e IV.

22. Na ação penal privada, o perdão do ofendido

(A) é ato que ocorre após o ajuizamento da ação, equivale à desistência e caracteriza-se pela bilateralidade, já que exige aceitação (mesmo tácita) do querelado.

(B) pode ser concedido pelo ofendido tanto na ação penal privada exclusiva como na ação penal privada subsidiária da pública, acarretando, caso aceito pelo querelado, extinção do processo.

(C) reflete no processo, em relação ao autor remanescente, havendo mais de um querelante, se for concedido por um deles, em razão do princípio da indivisibilidade da ação penal.

(D) pode ser concedido em qualquer tempo, antes ou depois do trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.

23. Considere a seguinte situação: acidente de trânsito, no qual um caminhão transportando três mil garrafas de óleo de soja, desgovernado, vem a topar em rodovia. Nesse contexto, moradores de vila próxima ao local do acidente, sem qualquer vínculo, aproximam-se e iniciam o saque da carga do veículo. A hipótese

- (A) é de continência concursal ou por cumulação subjetiva.
- (B) é de conexão objetiva ou consequencial.
- (C) é de conexão intersubjetiva de simultaneidade ou ocasional.
- (D) não caracteriza conexão e nem continência.

24. Na esteira da doutrina e jurisprudência dominantes, é correto afirmar, em relação à *emendatio libeli* e *mutatio libeli*, que

- (A) ambas podem ser aplicadas tanto em Primeiro quanto em Segundo Grau de Jurisdição, indistintamente.
- (B) importam em nova definição jurídica do fato em decorrência do reconhecimento, na sentença condenatória, de circunstâncias elementares não descritas expressa ou implicitamente na denúncia ou na queixa-crime.
- (C) são institutos que exigem aditamento da denúncia e renovação de todos os atos, sob pena de nulidade do processo e cassação de eventual sentença condenatória.
- (D) a *emendatio libeli* pode ser aplicada em qualquer Grau de Jurisdição, o mesmo não ocorrendo com a *mutatio*, cujas regras não podem ser aplicadas em Segunda Instância.

25. Na sistemática do Código de Processo Penal, o assistente de acusação terá *legitimidade* para recorrer

- (A) apenas da sentença final proferida pelo Juiz, independente de ter ou não o Ministério Público apelado.
- (B) tanto da sentença final proferida em processos de competência do Juiz Singular e do Tribunal do Júri, como também da absolvição sumária e da impronúncia, desde que o Ministério Público não tenha recorrido.
- (C) de qualquer decisão passível de recurso, tenha ou não o Ministério Público interposto recurso.
- (D) da sentença final proferida nos processos de competência do Juiz Singular ou do Tribunal do Júri, da decisão de impronúncia e da decisão que julgar extinta a punibilidade, desde que não tenha o Ministério Público interposto recurso seu.

26. Acerca da prisão preventiva, considere as seguintes assertivas:

- I - não é admitida quando se tratar de contravenção penal
- II - uma vez decretada, incidentalmente no processo, em relação a crime de natureza hedionda, não poderá ser revogada até o trânsito em julgado da sentença.
- III - pode ser decretada, em circunstâncias excepcionais, nos crimes culposos.

IV - não é admitida quando houver evidências de ter o agente praticado o fato sob a égide de excludentes de ilicitude - *legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito*.

Estão corretas as alternativas

- (A) I e II
- (B) I e IV
- (C) II, e III
- (D) III e IV

27. Em relação à decisão de pronúncia, no procedimento dos crimes dolosos contra a vida, é correto afirmar:

- (A) não faz coisa julgada *material*. Destarte, embora tenha sido o acusado pronunciado pela prática de determinado delito, pode, eventualmente, vir a ser condenado por crime diverso.
- (B) deve apreciar, com profunda, as defensivas relacionadas à negativa de autoria, ausência de dolo ou presença de excludentes de ilicitude.
- (C) deve reconhecer, se presentes, causas especiais de diminuição de pena, *v.g.*, a privilegiadora da violenta emoção no homicídio.
- (D) não deve se pronunciar sobre qualificadoras, quer para mantê-las, quer para afastá-las, ainda que o faça o juiz de forma superficial, visando, com isso, a não influir na decisão dos jurados.

28. No julgamento pelo Júri, de crime de homicídio, haverá a desclassificação imprópria quando os jurados

- (A) acolherem a tese defensiva de negativa de dolo, afastando, destarte, a competência do Tribunal do Júri para o julgamento.
- (B) responderem positivamente ao quesito do excesso culposo, vinculado o Juiz, portanto, à condenação pelo crime na modalidade culposa, após negarem o quesito da moderação na repulsa, afastando, via de consequência, a tese defensiva da legítima defesa.
- (C) afastarem as qualificadoras articuladas na denúncia e reconhecidas na pronúncia, condenando o réu pelo homicídio na modalidade simples.
- (D) afirmarem, diante da alegação de legítima defesa, que o réu se excedeu dolosamente na repulsa à agressão provocada pela vítima.

29. No âmbito dos Juizados Especiais Criminais, a conciliação cível entre autor do fato e ofendido, levada a efeito no curso da audiência preliminar,

- (A) impede o Ministério Público de realizar a transação penal com o autor do fato, mesmo sendo crime de ação penal pública incondicionada.

(B) acarreta renúncia ao direito de queixa, nos crimes de ação penal privada, não produzindo qualquer reflexo na hipótese de se tratar de crime de ação pública, ainda que condicionada.

(C) acarreta renúncia ao direito de queixa nos crimes de ação penal privada e ao direito de representação nos crimes de ação penal pública condicionada.

(D) não impede o exercício de ação penal, por meio de denúncia ou queixa-oral, independente da natureza do crime apurado.

30. Considere a seguinte situação: cinco crimes de furto simples perpetrados na Comarca X, sendo os objetos receptados na vizinha Comarca Y. Tendo em vista o número de crimes (art. 78, inciso II 'b', do CPP), todos eles devem ser apurados e julgados, conjuntamente, em X. Na hipótese, contudo, de absolvição pelos furtos na Comarca X, deverá o Magistrado.

(A) encaminhar o processo para a Comarca Y com vista ao julgamento da receptação, já que lá consumado esse crime. Na Comarca Y, ratificados os atos já praticados, bastará ao Juiz proferir sentença, absolvendo ou condenando o acusado.

(B) remeter o processo para a Comarca Y com vista ao julgamento da receptação, já que lá consumado esse crime. Na Comarca Y, os atos instrutórios praticados na Comarca X deverão ser, obrigatoriamente, refeitos, não havendo possibilidade de ratificação..

(C) absolver, obrigatoriamente, pela receptação. Entendendo, contudo, ser hipótese de condenação, deverá abster-se julgar, encaminhando o processo à Comarca Y, para que lá seja proferida a sentença.

(D) julgar o processo em relação à receptação, já que se trata de hipótese de perpetuação da competência.

GRUPO II - A - DIREITO CIVIL

As questões que não envolvam o manejo de legislação extravagante devem ser respondidas à luz do Código Civil de 2002.

31. Quanto ao parcelamento do solo urbano, é coreto afirmar que

(A) a validade de contrato de promessas de compra e venda, cujo objeto é um terreno loteado com valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País, depende da adoção pelos contratantes da forma pública (escritura pública).

(B) o princípio do concurso voluntário, incorporado ao texto da Lei nº 6.766/79, consagra a chamada transmissão automática dos equipamentos urbanos, isto é, desde a data do registro do loteamento, independentemente da lavratura da escritura pública de doação, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, espaços livres e áreas distintas a outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

(C) o parcelador, aprovado o projeto de loteamento ou desmembramento, deverá submetê-lo ao Registro de Imóveis dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de pagamento de multa diária.

(D) será subsidiariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos compradores de lotes e ao Poder Público, se o loteador integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do loteamento ou desmembramento irregular.

32. Quanto à posse, é correto afirmar que

(A) o comodatário é considerado detentor, pois tem a coisa em relação de dependência para com o comodante, conservando a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

(B) o Código Civil de 2002, no que toca à concepção da posse, adotou a teoria subjetiva de Ihering.

(C) o reivindicante, obrigado a indenizar o possuidor de boa fé pelas benfeitorias necessárias e úteis, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo.

(D) a autotutela da posse, expressa no “*desforço in continentí*”, foi preservada no texto do Código Civil de 2002.

33. No que se refere à prescrição aquisitiva de imóvel, é correto afirmar que

(A) o usucapião extraordinário geral (artigo 1.238, “*caput*”, CC/02) é modo derivado de aquisição a propriedade e dispensa justo título e boa fé.

(B) o usucapião rural consagrado no artigo 1.239 do CC/02, pois exige a chamada posse trabalho/moradia, não reclama “*animus domini*” de parte do usucapiente.

(C) é possível a “*accessio possessionis*” a título universal no usucapião urbano previsto no “*caput*” do artigo 1.240 do CC/02.

(D) as terras devolutas, à luz do novo Código Civil Brasileiro, podem ser urucapidas.

34. Quanto ao casamento, é correto afirmar que

(A) pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público ou por instrumento particular com firmas reconhecidas por autenticidade, com poderes especiais e motivação para as bodas declinada.

(B) é indispensável a boa fé de ambos os cônjuges ao contraí-lo, para que o casamento putativo produza efeitos em relação aos filhos.

(C) o regime de bens será obrigatoriamente o da separação, na hipótese de celebração do casamento sem observância das causas suspensivas.

(D) a idade núbil para a mulher é de 16 anos e para o homem é de 18 anos.

35. No que toca às funções privadas, é correto afirmar que

(A) a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

(B) é mister, para que se possa alterar o estatuto da fundação, dentre outras condições, que a reforma seja deliberada pela maioria simples dos componentes para geri-las e representá-la.

(C) a administração da fundação, sempre com a fiscalização do Ministério Público, é reservada aos seus sócios.

(D) a fundação constitui-se pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos.

36. No que toca à sucessão testamentária, é correto afirmar que

(A) as deixas codicilares podem abranger imóveis situados em zona rural.

(B) a deserdação pode ser, excepcionalmente, imotivada e prescinde de testamento.

(C) o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.

(D) o testamento holografo pode ser escrito em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam.

37. Quanto ao regime de bens entre os cônjuges, é correto afirmar que

(A) é válido o pacto antenupcial feito por escrito particular, desde que lido e assinado pelos nubentes, na presença de pelo menos três testemunhas, que o devem subscrever.

(B) as dívidas de um dos cônjuges, no regime de participação final de aquestos, quando superiores à sua meação, não obrigam ao outro, ou a seus herdeiros.

(C) é admissível alteração do regime de bens, após a celebração do casamento, mediante simples aditamento ao pacto antenupcial.

(D) tanto o marido quanto a mulher, qualquer que seja o regime de bens, podem livre e independentemente alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis comuns.

38. Parentesco. O sobrinho-neto e o seu tio-avô são parentes em linha

(A) colateral de terceiro grau.

(B) reta de quarto grau.

(C) colateral de quarto grau.

(D) reta de terceiro grau.

39. No que tange às obrigações, é correto afirmar que

(A) a remissão da dívida, como efeito da solidariedade ativa, feita por um dos credores a qualquer dos devedores, extingue a obrigação, mas o “*accipiens*” que tiver remitido a dívida responderá aos outros pela parte que lhes cabia.

(B) a interpelação, nas obrigações “*in solidum*”, feita a um dos devedores constitui em mora os outros.

(C) se afastam as perdas e danos, subsistindo apenas para o culpado o encargo de pagar o equivalente, quando se torna inexecutível a prestação por culpa de um dos devedores solidários.

(D) a solidariedade ativa pode ser presumida em razão da pluralidade de credores.

40. Em relação à herança, é correto afirmar que

- (A) a renúncia da herança, quando expressa, faz-se por declaração escrita; quando tácita, há de resultar de atos incompatíveis com a qualidade de herdeiro.
- (B) se opera a transmissão de seu quinhão, quando o herdeiro renúncia à herança, com a necessidade de pagamento do imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, aos demais co-herdeiros.
- (C) são irrevogáveis os atos de aceitação ou de denúncia da herança.
- (D) a aceitação da herança, ato unilateral não receptivo que reclama necessariamente escritura pública ou termo judicial, pode ser parcial.

41. No que toca ao usufruto, é correto afirmar que

- (A) se extinguirá a parte relativa a cada uma das que falecerem, quando constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão dessa couber ao sobrevivente.
- (B) o usufruto só pode recair sobre bens imóveis, exigindo para sua constituição, necessariamente, escritura pública.
- (C) o direito real de usufruto pode transferir-se por alienação a terceiros.
- (D) o usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.

42. Quanto à chamada aquisição da propriedade por interesse social (§§ 4º e 5º do artigo 1.228 do CC/02), é correto afirmar que

- (A) o domínio se perfectibiliza em mãos dos adquirentes, tal como no usucapião, pela mera satisfação dos pressupostos previstos no § 4º do artigo 1.228 do Código Civil/02.
- (B) o protagonista de ato espoliativo poderá adquirir, cinco anos após, o bem imóvel que esbulhou tendo como supedâneo os §§ 4º e 5º do artigo 1.228 do Código Civil /02.
- (C) somente a população de baixa renda pode valer-se do modo de aquisição da propriedade previsto nos §§ 4º e 5º do artigo 1228 do Código/02.
- (D) a aquisição da propriedade por interesse social pode ser argüida como matéria de defesa em sede de ação reivindicatória.

43. Casamento. Escrito particular de convivência, firmado por comodidade pelos nubentes como substitutivo da celebração, caracteriza

- (A) casamento nupcial.
- (B) casamento inexistente.
- (C) casamento nulo.
- (D) casamento anulável.

44. No que toca ao pagamento indevido, é correto afirmar que

- (A) quem, por título oneroso, aliena de boa fé imóvel que recebeu indevidamente, responde pela quantia recebida e por perdas e danos.
- (B) é considerado pagamento indevido aquele realizado antes do termo.
- (C) há direitos de repetição em relação ao pagamento de dívida prescrita.
- (D) quem recebe dívida condicional fica obrigado a restituir.

45. Em relação ao registro imobiliário, é correto afirmar que

- (A) nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel a que se referir esteja matriculado.
- (B) os efeitos da prenotação cessam se, decorridos 180 (cento e oitenta) dias de seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado pela omissão do oficial do Registro de Imóveis.
- (C) os títulos judiciais, tais como as cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo, em razão da sua natureza mandamental, são imunes à qualificação registrária do ofício do Registro de Imóveis.
- (D) tem sempre prioridade para o registro, na hipótese de títulos pelos quais se constituem direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel, aquele que foi lavrado ou extraído por primeiro.

GRUPO II - B - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. A citação determinada por Juízo incompetente interrompe

- (A) a prescrição desde a data do despacho que ordena a citação.
- (B) a prescrição desde que os direitos envolvidos sejam patrimoniais.
- (C) a prescrição, retroagindo, a interrupção, à data da propositura da ação.
- (D) a prescrição desde que os direitos envolvidos sejam não patrimoniais.

47. É correto afirmar que o litisconsórcio unitário

- (A) importa que decisões semelhantes sejam dadas às pretensões dos litisconsortes.
- (B) importa que haja necessidade na sua formação.
- (C) não admite a formação posterior ao momento da citação.
- (D) comporta a modalidade de litisconsórcio facultativo, desde que as decisões sejam diversas em relação aos litisconsortes.

48. Em termos de nulidade processuais, é correto afirmar que

- (A) sempre poderá haver a decretação do ofício.
- (B) vigora o princípio segundo qual não se decreta nulidade sem prejuízo para o interessado.
- (C) a regra da convalidação dos atos não se aplica no processo civil.

(D) a nulidade absoluta é que deve ser alegada na contestação e a relativa em execução.

49. Os documentos juntados com a petição inicial, segundo o entendimento dominante no STJ,

(A) se forem indispensáveis à propositura da demanda, devem ser autenticados.

(B) se forem indispensáveis à propositura da demanda, gozam de presunção relativa de veracidade.

(C) se forem indispensáveis à propositura da demanda, gozam de presunção absoluta de veracidade.

(D) se forem dispensáveis à propositura da demanda, não precisam ser autenticados.

50. Quanto ao ônus da prova, é correto afirmar que a regra do Código de Processo Civil,

(A) diversamente da regra do Código de Defesa do Consumidor, é a de que o ônus da prova incumbe a quem alega.

(B) tal qual a regra do Código de Defesa do Consumidor, é a de que se favoreça a inversão do ônus da prova em favor da parte hipossuficiente.

(C) tal qual a regra do Código de Defesa do Consumidor, é a de que o ônus da prova incumbe a quem alega.

(D) diversamente da regra do Código de Defesa do Consumidor, é a de que o ônus da prova deve ser distribuído pelo magistrado conforme o caso concreto.

51. Em decorrência da correlação entre a demanda e a sentença, está correto afirmar que

(A) a sentença não pode ser ilíquida, se o pedido for líquido.

(B) a sentença não pode ser líquida, se o pedido versar dano moral.

(C) a sentença não pode abranger juros legais, se não houver pedido expresso.

(D) a sentença não pode abranger a condenação em honorários, se não houver pedido expresso.

52. É correto afirmar que os efeitos secundários da sentença

(A) dependem de pedido expresso de natureza subsidiária para que se produzam.

(B) independem de pedido expresso.

(C) têm sempre natureza condenatória.

(D) têm sempre caráter não patrimonial.

53. No processo cautelar, é correto afirmar que há possibilidade de responsabilidade

(A) do requerente desde que provada sua culpa.

(B) do requerente nos mesmos casos que no processo de conhecimento.

- (C) objetiva do requerente.
- (D) do requerente desde que provado seu dolo.

54. Segundo orientação sumulada do STF, em processo de mandado de segurança,

- (A) cabem embargos infringentes nas mesmas hipóteses dos processos de rito ordinário.
- (B) a denegação da segurança importa perda da eficácia da liminar, retroagindo os efeitos da decisão contrária.
- (C) contra a decisão do relator que denega liminar, cabe agravo regimental.
- (D) inexistente litisconsórcio passivo entre o Juiz e o réu no mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal.

55. O Ministério Público tem legitimidade para a ação civil pública, se ela envolver

- (A) qualquer tipo de interesse coletivo, inclusive os individuais homogêneos.
- (B) interesses individuais homogêneos de incapazes.
- (C) interesses individuais homogêneos com interesse social relevante.
- (D) interesses individuais heterogêneos.

56. É recebida no duplo efeito a apelação interposta de sentença que

- (A) condenar à prestação de alimentos.
- (B) julgar a liquidação de sentença.
- (C) confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- (D) julgar procedente os embargos à execução.

57. Cabem embargos infringentes do acórdão, não unânime, que

- (A) julga a apelação.
- (B) julga a ação rescisória.
- (C) nega provimento à apelação contra sentença terminativa.
- (D) dá provimento à apelação contra sentença definitiva.

58. No juizado especial cível, os embargos de declaração

- (A) têm o mesmo procedimento que no processo de conhecimento na justiça comum.
- (B) têm o mesmo efeito que no processo de conhecimento na justiça comum.
- (C) são opostos no mesmo prazo que no processo de conhecimento na justiça comum.
- (D) devem ser opostos para viabilizar a correção de erro material.

59. Na ação de usucapião de bem imóvel,

- (A) há intervenção obrigatória do Ministério Público.
- (B) a União sempre será ré quando versar sobre usucapião de bens públicos.
- (C) a sentença tem natureza constitutiva.
- (D) o rito é o das ações possessórias.

60. Quanto à denunciação da lide, é correto afirmar que

- (A) é sempre facultativa.
- (B) são vedadas denunciações sucessivas.
- (C) a sentença que julga procedente a denunciação permite a execução direta do denunciado pelo autor da ação principal.
- (D) o processo fica suspenso caso seja deferida a citação do denunciado.

ADMINISTRATIVO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO, E DIREITOS HUMANOS

61. Uma nova ordem jurídica constitucional recepciona as leis e os atos normativos produzidos no regime constitucional anterior, desde que seu conteúdo seja compatível com as normas da nova Constituição. Em relação à ordem jurídica anterior,

- (A) exige-se a declaração de inconstitucionalidade para que a norma incompatível com a nova constituição seja afastada do ordenamento jurídico.
- (B) as normas incompatíveis com a nova Constituição são tidas como não recepcionadas e, por isso, revogadas.
- (C) não se admite em nosso ordenamento jurídico-constitucional a denominada “lei ainda constitucional”, verificada quando o legislador ordinário deixa de regulamentar normas de atual constituição, aproveitando-se a legislação anterior.
- (E) a nova Constituição deverá respeitar o direito adquirido no regime anterior.

62. Os membros do Poder Legislativo (federal, estadual e municipal), no exercício de suas funções parlamentares, gozam de

- (A) imunidade material.
- (B) imunidade processuais.
- (C) prerrogativas que lhes impedem a prisão.
- (D) privilégios que lhes impedem o processo e julgamento sem autorização do Poder Judiciário.

63. A Constituição de 1988 consagra o princípio da igualdade como postulado fundamental,

- (A) dirigido apenas ao legislador, exigindo a igualdade perante a lei.
- (B) não admitindo tratamentos desiguais sequer para os desiguais.
- (C) não admitindo as denominadas ações afirmativas.

(D) abrangendo a igualdade formal e material.

64. Sobre o Presidente da República, é certo afirmar-se que

(A) para ser processado por crime comum, faz-se necessária a autorização da Câmara dos Deputados e, por crime de responsabilidade, do Senado Federal.

(B) detém prerrogativa de foro e poderá, ainda que vigente o mandato presidencial, sofrer a *persecutio criminis*, por atos estranhos ao exercício da função.

(C) nas infrações penais comuns, praticadas antes da investidura no cargo de Chefe do Poder Executivo, poderá ser processado, na vigência do mandato, perante o Supremo Tribunal Federal, desde que autorizado pela Câmara dos Deputados.

(D) não poderá ser preso, exceto se houver sentença penal condenatória.

65. Sigilo bancário. É correto afirmar que

(A) o direito ao sigilo bancário constitui-se em direito fundamental, de caráter absoluto, não existindo possibilidade de sua quebra.

(B) o sigilo bancário é um direito individual, de caráter relativo, que pode ser afastado por Comissão Parlamentar de Inquérito.

(C) o direito ao sigilo bancário, como expressão da garantia da intimidade do cidadão, somente por ser afastado por Comissão Parlamentar de Inquérito, se devidamente autorizada pelo Supremo Tribunal Federal.

(D) o sigilo bancário somente pode ser afastado para fins de investigação criminal.

66. Sobre o controle concentrado de constitucionalidade, é correto afirmar que

(A) qualquer cidadão possui legitimação para ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade.

(B) os legitimados para propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade são os mesmos da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

(C) Governador do Distrito Federal não possui legitimidade para propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

(D) Presidente do Senado Federal possui legitimidade para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade.

67. Sobre a Medida Provisória, é correto afirmar que

(A) possui a eficácia de revogar diploma legal anterior.

(B) inova, de imediato, o ornamento jurídico e paralisa os efeitos da legislação anterior que com ela se mostra incompatível.

(C) é espécie legislativa prevista na CF/88, editada pelo Presidente da República, podendo ser reeditada e, se rejeitada pelo Congresso Nacional, desconstitui-se *ex tunc*.

(D) perderá sua eficácia desde a recusa pelo Congresso Nacional, se editada e não convertida em lei no prazo de sessenta dias, ou se rejeitada.

68. O Presidente da República pode vetar um projeto de lei aprovado pelo Congresso

- (A) no prazo de quinze dias úteis, mas não se admite o veto parcial.
- (B) por entendê-lo inconstitucional, caso em que não se admite a rejeição do veto pelo Congresso Nacional.
- (C) fica obrigado a promulgá-lo se o veto for recusado.
- (D) sempre de forma expressa e motivada.

69. Argüição de descumprimento de preceito fundamental poderá ser proposta

- (A) contra projeto de Emenda Constitucional.
- (B) por qualquer cidadão.
- (C) pelos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade, mas qualquer interessado poderá solicitar ao Procurador-Geral da República a propositura da argüição.
- (D) apenas pelo Procurador-Geral da República.

70. Os Prefeitos Municipais, nos crimes eleitorais, serão julgados pelo

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal Regional Eleitoral.
- (D) Tribunal Regional Federal.

71. Servidor público é submetido a processo administrativo e, em consequência, demitido por improbidade administrativa, sem que tenha sido concluída a ação penal instaurada contra o servidor por crime contra a administração pública. Nesse caso, o ato administrativo é

- (A) inválido, porquanto a demissão depende da ação penal instaurada contra o servidor por crime contra a administração pública.
- (B) válido, tendo em vista a autonomia das instâncias.
- (C) válido, desde que a sentença posterior na ação penal seja condenatória.
- (D) inválido, somente se a ação penal for julgada improcedente em face da inexistência do fato e de sua autoria.

72. A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à informação relativa à pessoa, através do hábeas data. Essa ação constitucional.

- (A) é possível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, para a retificação de dados ou para a anotação de outros dados.
- (B) será julgada pelo Supremo Tribunal Federal contra atos de Ministro de Estado.
- (C) pode ser renovada, mesmo que a sentença tenha apreciado o mérito de controvérsia.

(D) será gratuita, embora o procedimento administrativo possa exigir taxas em decorrência da prestação de serviços público.

73. Considerando os atos administrativos vinculados e discricionários, é correto afirmar que

(A) a discricionariedade concede uma liberdade de agir à Administração, podendo ingressar na esfera da arbitrariedade, desde que presente o interesse público.

(B) atos discricionários não se submetem ao controle de legalidade efetuado pelo Poder Judiciário.

(C) no exercício do poder disciplinar a Administração pode agir discricionariamente, seja para apurar a infração, seja para cominar penalidades.

(D) o Poder Judiciário pode declarar a nulidade do ato vinculado, sendo possível examiná-lo em todos os seus aspectos.

74. Sobre os atos administrativos em espécie, pode-se afirmar que

(A) a autorização administrativa é ato discricionário e unilateral.

(B) a licença é ato administrativo discricionário e unilateral.

(C) a permissão de uso é ato administrativo a título gratuito.

(D) a homologação é ato administrativo unilateral e discricionário.

75. A Ação Popular é ação constitucional que visa, dentre outros objetivos, anular ato lesivo ao patrimônio público, sendo correto afirmar que

(A) detém legitimidade ativa qualquer cidadão ou o Ministério Público.

(B) é possível contra ato jurisdicional lesivo ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.

(C) o Ministério Público atua como *custos legis*, mas poderá assumir o pólo ativo, se o cidadão autor desistir da ação ou em caso de contumácia.

(D) o STF será competente para processar e julgar a ação popular, se a ação for contra o Presidente da República.

76. Nos crimes de responsabilidade, é correto afirmar que

(A) os Prefeitos Municipais são julgados pela Câmara de Vereadores.

(B) os Deputados e Senadores são julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

(C) o Presidente da República é julgado pelo Supremo Tribunal Federal, funcionando como Presidente o Presidente do Senado Federal.

(D) os Ministros do Supremo Tribunal Federal são julgados pelo Congresso Nacional.

77. Sobre as taxas, é correto afirmar que

(A) somente serão devidas, se efetivamente utilizado o serviço público.

(B) não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

(C) são instituídas em razão do poder de política ou pela utilização de serviços públicos, podendo, por isso, ser instituídas pelas concessionárias de serviço público.

(D) podem ser cobradas para remunerar o serviço de iluminação pública.

78. Em matéria tributária, cabe à lei complementar

(A) instituir impostos extraordinários, na iminência ou no caso de guerra externa.

(B) instituir as contribuições sociais para a seguridade social de que trata o art. 195 da Constituição Federal.

(C) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição Federal, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

(D) alterar as alíquotas do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

79. Sobre o princípio da anterioridade tributária, segundo o qual é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ao aumento, é correto afirmar que

(A) não implica ofensa ao mencionado princípio promover mudanças no prazo para recolhimento de exação tributária.

(B) se explica às contribuições sociais para a seguridade social.

(C) se a lei que instituiu o tributo for publicada em dezembro de 2005, este somente será exigível em janeiro de 2006.

(D) o mencionado princípio aplica-se a todos os impostos de competência da União.

80. Sobre a imunidade tributária recíproca, prevista no art. 150, VI, “ a ”, da Constituição Federal, segundo o qual é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Município instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, pode-se afirmar que

(A) é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, abrangendo inclusive as empresas públicas prestadoras de serviço público que exerçam serviço público de prestação obrigatória.

(B) é aplicável a impostos, taxas e contribuições de melhoria, recolhidos pelos entes federais.

(C) se um novo imposto vier a ser instituído por meio de Emenda Constitucional, pode se afastada a imunidade recíproca, incidindo o novo imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços dos Estados e dos Municípios.

(D) é extensiva às concessionárias de serviço público.

GRUPO III - B - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS, LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DIREITO AMBIENTAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E DIREITO DO CONSUMIDOR

81. O consumidor Tibério Graco propõe ação contra a Indústria Bom Remédio Ltda. por danos sofridos em razão de uso de medicamento fabricado por essa empresa. Toma ciência, nos autos de sua ação individual, de que o Ministério Público havia proposto ação coletiva de consumo visando à proteção dos interesses difusos dos consumidores, em relação ao mesmo medicamento. Nesse caso,

(A) o consumidor pode prosseguir com sua ação individual, a qual, se for julgada improcedente, não impede que ele venha a se beneficiar da procedência da ação coletiva de consumo.

(B) os efeitos da coisa julgada da ação coletiva de consumo prejudicam a ação individual do consumidor.

(C) para se beneficiar dos efeitos da coisa julgada da ação coletiva de consumo, o consumidor deve requerer, em 30 (trinta) dias, a suspensão de sua ação individual.

(D) a ação coletiva de consumo proposta pelo Ministério Público induz litispendência à ação individual do consumidor.

82. Para instruir ação coletiva de consumo, a ser proposta na defesa de interesses e direitos difusos de consumidores, poderá ser instaurado inquérito civil

(A) pelo Ministério Público, somente mediante representação dos consumidores interessados.

(B) somente pelo Ministério Público, independentemente de provocação de qualquer interessado.

(C) por qualquer dos legitimados concorrentemente à defesa coletiva dos consumidores, emendados nos incisos I a IV do artigo 82 do Código do Consumidor.

(D) pelo Ministério Público, somente mediante requisição judicial.

83. Nas ações de defesa coletiva dos interesses ou direitos dos consumidores, segundo a doutrina amplamente majoritária.

(A) é plenamente cabível, em qualquer hipótese, o chamamento ao processo.

(B) se o dano for âmbito local, o foro competente para a causa é o do Distrito Federal ou o de qualquer Capital de Estado.

(C) a execução da sentença somente poderá ser promovida pelos consumidores lesados.

(D) se o dano for de âmbito nacional ou regional, o foro competente para a causa é o do Distrito Federal ou o de Capital de Estado.

84. No que concerne ao Procurador-Geral de Justiça, órgão de execução do Ministério Público do Estado do Acre, é correto afirmar que

- (A) é o chefe do Ministério Público do Estado, nomeado livremente pelo Governador.
- (B) é eleito em lista tríplice, formada pela votação secreta e nominal, apenas pelos Procuradores de Justiça.
- (C) tem a incumbência de integrar e presidir os órgãos colegiados da instituição.
- (D) nos seus afastamentos e impedimentos, será substituído, sempre, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

85. O princípio institucional da vitaliciedade conferida aos integrantes do Ministério Público pela Constituição Federal significa que seus membros.

- (A) não podem perder o cargo senão após o devido processo administrativo, perante a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- (B) não podem perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (C) não podem perder o cargo senão por decisão qualificada, dois terços dos votos, do Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) são inamovíveis no cargo, salvo por motivo de interesse público e mediante decisão do órgão colegiado competente.

86. É atribuição da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Acre.

- (A) manter o prontuário permanente e atualizado referente a cada um dos membros do Ministério Público, para o efeito de promoção por merecimento.
- (B) opinar sobre recomendações em caráter normativo a serem feitas aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções, nos casos em que se mostra conveniente à atuação uniforme.
- (C) apreciar o merecimento de Promotor de Justiça em estágio probatório, propondo, quando conveniente, a respectiva exoneração.
- (D) sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a realização de correições extraordinárias.

87. Segundo a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo

- (A) Tribunal de Contas exclusivamente.
- (B) Poder Judiciário.
- (C) Poder Executivo, através de Secretaria da Fazenda.
- (D) Poder Legislativo.

88. Quanto ao licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, é correto afirmar que

(A) o órgão ambiental competente pode indeferir a concessão de licença prévia (LP), em decisão fundamental, mesmo que a conclusão do EIA/RIMA seja favorável ao empreendimento.

(B) a audiência pública é obrigatória em todos os procedimentos de licenciamento ambiental.

(C) as obras de iniciativa do Estado somente poderão ser licenciadas pelo IBAMA.

(D) o órgão ambiental está vinculado às conclusões do EIA/RIMA.

89. Quanto aos bens e atividades relacionadas com o meio ambiente na Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) compete exclusivamente aos Estados, através de seus órgãos ambientais, realizar o licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras.

(B) compete privativamente à União proteger o meio ambiente cultural, realizado o tombamento dos bens culturais que entender passíveis de proteção.

(C) é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição.

(D) é da competência exclusiva da União preservar as florestas, a fauna e a flora.

90. O Estado do Acre, como proponente do projeto de construção de novo aeroporto em Rio Branco, solicita ao órgão de meio ambiente estadual integrante do SISNAMA, o respectivo licenciamento da área. Considerando esse fato e os elementos referidos, é correto afirmar que

(A) a competência para o licenciamento é do IBAMA por dizer respeito ao tráfego nacional de aeronaves.

(B) o empreendimento não é passível de licenciamento, pois não pode ser considerado efetiva ou potencialmente poluidor, nos termos do artigo 10 da Lei nº 6.938/81.

(C) a responsabilidade civil do empreendedor, havendo dano ambiental, decorrente do empreendimento, é da natureza subjetiva.

(D) é exigível estudo prévio do impacto ambiental, pois há presunção de significância dos impactos gerados por aeroportos.

91. O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, desejando implantar um estrada estadual, com duas faixas de rolamento, requer o devido licenciamento ambiental. O órgão ambiental do Estado exige a realização de estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Após a apresentação do EIA, 80 (oitenta) cidadãos solicitam a realização de audiência pública para debater o projeto, porquanto entendem que a área escolhida gerará danos ao meio ambiente, e desejam sugerir um traçado alternativo para a estrada. O órgão ambiental indefere o pedido de realização de audiência pública, entendendo-o como procrastinatório, sustentando que a escolha do traçado da

estrada depende de análise exclusivamente técnica. Nesse caso, pode-se afirmar que

- (A) a decisão do órgão ambiental está correta, pois sequer era obrigatória a realização de EIA/RIMA.
- (B) a realização da audiência pública é obrigatória na espécie, e, em consequência, a licença ambiental concedida não tem validade.
- (C) embora obrigatória a audiência pública, sua não realização não invalida a licença ambiental concedida.
- (D) a realização da audiência pública é necessária, pois somente com as conclusões dela decorrentes, porquanto vinculativa, pode o órgão ambiental licenciar o empreendimento.

92. Uma Associação de Defesa dos Consumidores, legalmente constituída, propôs ação coletiva de consumo, para proteção de interesses e direitos difusos, visando à saúde de consumidores. Devidamente processada, e produzidas as provas, a ação é julgada improcedente com exame de mérito. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) a sentença prolatada fará coisa julgada *erga omnes*, inclusive atingindo os consumidores individualmente considerados.
- (B) a Associação de Defesa de Consumidores pode propor outra ação, com idêntico fundamento, desde que se valendo de nova prova.
- (C) somente o Ministério Público pode propor outra ação, com idêntico fundamento, desde que se valha de nova prova.
- (D) os efeitos da coisa julgada *erga omnes* da sentença prolatada não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade.

93. O consumidor Caio Tácio adquire no Supermercado Bom Preço Ltda. um pacote de queijo fabricado por Queijo Apetitoso Ltda. Ao consumir o produto, o consumidor e seus familiares são acometidos de grave intoxicação alimentar, ocasionando suas internações hospitalares, em razão de o queijo, produto perecível, não ter sido adequadamente conservado pelo comerciante. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o consumidor poderá propor ação de reparação de danos somente contra o comerciante.
- (B) o consumidor poderá propor ação de reparação de danos somente contra o fabricante.
- (C) o comerciante e o fabricante somente responderão pelos danos causados se ficar provado que agiram com culpa.
- (D) o consumidor poderá propor ação de reparação de danos contra o comerciante e o fabricante, pois a responsabilidade é solidária.

94. Na análise criteriosa da principiologia do Código de Defesa do Consumidor, quanto aos princípios da vulnerabilidade e da hipossuficiência do consumidor, podemos afirmar que

- (A) o princípio da vulnerabilidade é de direito material e o da hipossuficiência é de direito processual.
- (B) ambos os princípios são de direito material.
- (C) o princípio da vulnerabilidade é de direito processual e o da hipossuficiência é de direito material.
- (D) ambos os princípios são de direito processual.

95. O consumidor Numa Pompílio adquire no mercado de consumo um automóvel novo, via internet. A garantia contratual fornecida pelo fabricante do automóvel é de 2 (dois) anos. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o fabricante do automóvel deve assegurar a oferta de componentes e peças de reposição somente enquanto não cessar a fabricação do automóvel.
- (B) a garantia contratual deve ser fornecida em todos os casos, pois é obrigatória.
- (C) o consumidor pode exercer o seu direito de arrependimento, no prazo de 7 (sete) dias.
- (D) a comercialização do automóvel via internet configura uma prática comercial abusiva vedada pelo Código do Consumidor.

96. Um televisor novo, recentemente adquirido no comércio, apresenta vício de qualidade por inadequação na imagem ao ser ligado, corretamente, segundo o manual do fabricante, na casa do consumidor. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o consumidor, se a substituição da parte viciada comprometer a qualidade do televisor, poderá exigir imediatamente a restituição do preço pago.
- (B) o fornecedor, em qualquer hipótese, tem prazo de 30 (trinta) dias para sanar o vício de qualidade por inadequação.
- (C) o consumidor somente poderá exigir a substituição do televisor por outro ao fabricante produto.
- (D) o consumidor, em qualquer hipótese, tem de aceitar a substituição da parte viciada que comprometeu a qualidade do televisor.

97. O princípio constitucional que dirige o sistema legal e de atuação objetiva para assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária é o do(a)

- (A) interesse maior.
- (B) prioridade integral.
- (C) prioridade absoluta.
- (D) proteção especial.

98. Conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de

- (A) atos infracionais praticados por seus alunos.
- (B) furto de material escolar ocorridos dentro do estabelecimento de ensino.
- (C) indisciplina escolar de seus alunos.
- (D) maus-tratos e elevados níveis de repetência envolvendo seus alunos.

99. No que concerne à prática de ato infracional, a remissão pelo representante do Ministério Público poderá ser concedida.

- (A) somente ao adolescente, em qualquer fase do procedimento.
- (B) tanto à criança como ao adolescente, na fase judicial do procedimento.
- (C) somente à criança, antes do oferecimento da representação à autoridade judiciária.
- (D) somente ao adolescente, antes do oferecimento da representação à autoridade judiciária.

100. Motivado por problemas financeiros e constantes doença, um determinado casal resolveu ceder, para adoção, seu filho de dois anos de idade ao casal João e Maria. Judicializada a pretensão, com expresse consentimento dos pais naturais, ao final foi julgada procedente a ação de adoção. Aos doze anos de idade do adotado, os pais naturais, já resolvidos seus problemas financeiros e superadas as enfermidades, passaram a assediar o casal adotante para a “restituição” do filho biológico. Inclusive o adolescente, quando fez contato com os pais naturais, passou a insistir em morar com eles. Não suportando a intensa pressão, os adotantes concordaram em ceder à vontade dos três. Nesse caso, para que sejam reatados os vínculos familiares originais, os pais naturais deverão.

- (A) ajuizar pedido de adoção perante a Justiça da Infância e da Juventude.
- (B) ajuizar ação declaratória de capacidade para o exercício do poder familiar perante a Justiça da Infância e da Juventude.
- (C) ajuizar ação de anulação da adoção realizada pelo casal João e Maria.
- (D) retomar o adolescente em sua companhia e comparecer a um tabelionato para celebrar escritura pública de revogação da adoção, colhendo o consentimento do casal João e Maria e do adolescente.



**ESTADO DO ACRE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
X CONCURSO PARA INGRESSO À
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

EDITAL Nº 019/2005

GABARITO DA PROVA PREAMBULAR

01	C	26	B	51	A	76	A
02	C	27	A	52	B	77	B
03	B	28	B	53	C	78	C
04	B	29	C	54	B	79	A
05	A	30	D	55	C	80	A
06	D	31	B	56	D	81	C
07	B	32	D	57	D	82	B
08	D	33	C	58	C	83	D
09	B	34	C	59	A	84	C
10	D	35	A	60	D	85	B
11	C	36	D	61	B	86	A
12	C	37	B	62	A	87	D
13	A	38	C	63	D	88	A
14	C	39	A	64	D	89	C
15	A	40	C	65	B	90	D
16	A	41	A	66	B	91	B
17	B	42	D	67	B	92	D
18	C	43	B	68	D	93	D
19	D	44	D	69	C	94	A
20	A	45	A	70	C	95	C
21	B	46	C	71	B	96	A
22	A	47	A	72	A	97	C
23	C	48	B	73	D	98	D
24	D	49	B	74	A	99	D
25	D	50	C	75	C	100	A

Rio Branco, 05 de junho de 2005.

**EDMAR AZEVEDO MONTEIRO FILHO
Presidente da Comissão de Concurso**